

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.667 - SP (2019/0357131-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **WILLIAM EMERSON MATOS MARREIRO**
ADVOGADO : **WILLIAN EMERSON MATOS MARREIRO - SP282465**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **LUIZ PAULO DE MOURA PEREIRA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EMENTA

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. *WRIT* IMPETRADO CONTRA ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO. SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO INAUGURADA A COMPETÊNCIA DO STJ. INADMISSIBILIDADE. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. *Writ* indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Luiz Paulo de Moura Pereira**, condenado como incurso no crime do art. 157, § 2º, II, do Código Penal, à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, sob a alegação de que não há provas para a condenação.

Requer, assim, a absolvição do paciente.

É o relatório.

O *writ*, no entanto, é manifestamente inadmissível.

Com efeito, conforme certidão de fl. 291, verifico que a condenação do paciente já é definitiva, ante o trânsito em julgado, em 26/7/2019, do acórdão proferido no julgamento da apelação criminal.

Assim, o presente *habeas corpus* é sucedâneo de revisão criminal.

Ocorre que, como não existe, neste Tribunal, julgamento de mérito passível de revisão em relação à condenação sofrida pelo paciente, forçoso reconhecer a incompetência deste Tribunal para o processamento do presente pedido.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido, confira-se:

[...]

1. O *habeas corpus* foi impetrado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo transitado em julgado; é, portanto, substitutivo de revisão criminal. Por força do art. 105, I, "e", da Constituição Federal, a competência desta Corte para processar e julgar revisão criminal limita-se às hipóteses de seus próprios julgados. Como não existe, neste Tribunal, julgamento de mérito passível de revisão em relação à condenação sofrida pelo paciente, forçoso reconhecer a incompetência deste Tribunal para o processamento do presente pedido.

[...]

(HC n. 288.978/SP, de minha relatoria, Relator p/ Acórdão Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 21/5/2018)

Ademais, a questão atinente à absolvição é matéria que demanda a análise de provas, providência descabida na via eleita.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o presente *writ* (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator